



## O CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA E A FORMAÇÃO CONTINUADA

Eliane Martins de Freitas<sup>1</sup>

O presente texto visa refletir sobre a experiência do curso de extensão Gênero e Diversidade na Escola<sup>2</sup>, modalidade de ensino a distância, oferecido em sete cidades-pólo do estado de Goiás<sup>3</sup>. O curso envolveu, entre professoras formadoras, tutor@s, orientador@s acadêmicos e cursistas, aproximadamente 230 pessoas e teve duração de sete meses. O curso foi realizado em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/SECAD e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/SPM, e teve como público alvo professor@s do ensino fundamental da rede pública de Goiás. Nosso objetivo é analisar o processo de formação continuada do grupo de cursistas a partir das intervenções dos mesmos no ambiente virtual, moodle, no memorial e no trabalho produzido no final do curso.

Vári@s estúdios@s envolvid@s com o GDE em diferentes estados brasileiros têm destacado sua dimensão ampla e democrática no sentido da formação de uma rede de estudos e reflexões sobre gênero estendida por todo o país. Conectando um vasto número de professor@s da rede pública de educação “em torno de estudos e discussões de temas transversais da educação, buscando aprofundar e articular as diversidades de gênero, raça/etnia e sexualidade, suprimindo defasagens de sua formação de educador@s em torno de questões fundamentais na prática do magistério”<sup>4</sup>.

Nossa experiência com o GDE em Goiás corrobora com essa avaliação, percebemos ao longo do curso não apenas uma grande demanda para a discussão das temáticas propostas, como também uma angústia d@s profissionais da educação quanto à aquisição de conhecimentos e ferramentas que auxiliem no tratamento dessas temáticas no cotidiano escolar. A nossa experiência

---

<sup>1</sup> Professora Doutora do Departamento de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, membro do Grupo de Pesquisa DIALOGUS – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho. e-mail: emartinsdefreitas@gmail.com

<sup>2</sup> O curso Gênero e Diversidade na Escola - GDE, na modalidade de educação à distância, foi proposto para todo o país pela parceria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/SPM com o Centro Latino Americano de Estudos de Sexualidade/CLAM em edital SECAD/MEC. O CLAM-UERJ foi responsável pelo desenho pedagógico do curso e a aplicação do projeto piloto, que ocorreu em 2006. As instituições que ofertaram o curso em 2009 (edital 2008) utilizaram uma versão revisada do material didático aplicado no projeto-piloto.

<sup>3</sup> Em Goiás o curso foi proposto e ministrado por um grupo de professoras do Campus Catalão/UFG, que atualmente compõem o grupo de pesquisa DIALOGUS - Estudos Interdisciplinares de Gênero, Cultura e Trabalho. Os Polos de Apoio Presencial do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que acolheram a proposta e a apoiaram foram: Catalão, Alexânia, Inhumas, Mineiros, Posse, São Simão e Uruana.

<sup>4</sup> GROSSI, Miriam P. e LAGO, Mara Coelho de S.. Apresentação. In: CABRAL, Carla G. e MINELLA, Luzinete S. (orgs.). *Práticas pedagógicas e emancipação: Gênero e diversidade na escola*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 08.



deu-se em um longo processo que envolveu várias etapas e cujo início se deu no segundo semestre de 2008, quando enviamos nosso projeto de curso de capacitação de professor@s ao Ministério da Educação em resposta ao edital de ensino a distância na área de gênero. Trabalhamos em sua preparação durante todo o primeiro semestre de 2009 e fizemos a formação d@s tutor@s durante os meses de abril a julho de 2009. O curso propriamente dito ocorreu de setembro de 2009 a abril de 2010<sup>5</sup>. Dentre as atividades desenvolvidas ao longo desse período além da interação cotidiana com @s cursistas via plataforma moodle, mantivemos uma rotina semanal de reuniões para estudo e reflexão.

Assim como no relato de equipes de outros estados, uma questão que perpassou inicialmente o trabalho da equipe diz respeito às dúvidas e às reticências sobre o ensino a distância por parte da equipe de professoras e orientador@s acadêmicos. Como em outras equipes, a nossa equipe passou, também, por uma gradativa mudança nos conceitos e nos valores a respeito do processo de ensino e aprendizagem que estávamos vivendo.

No que tange aos desafios teórico-metodológicos do ensino e aprendizagem a distância relativos a gênero, orientação sexual, sexualidade e relações étnico-raciais, há que se reconhecer, conforme afirma a equipe de Santa Catarina, que:

não se trata apenas de acrescentar informações, suportes pedagógicos aos conteúdos, e de ampliar a visão de mundo, agregando outros conteúdos que se insiram como adendo à formação do professor, ou ao conjunto de disciplinas que ele ministra. Trata-se de objetivar mudanças de olhares e de visão de mundo sobre aspectos fundamentais à compreensão conceitual, a respeito de como se posicionar, e sobre como viver a experiência de construir igualdade na prática cotidiana e diária da vida familiar, pessoal e da formação em questão com fins a desconstruir a heteronormatividade em seus sistemas de violência de gênero.<sup>6</sup>

Esse compromisso se expressa pelo programa do curso. No primeiro módulo, as leituras e as discussões introduziram o conceito de diversidade. Enquanto o segundo priorizou o conceito de gênero, ressaltando sua importância, seja para a interpretação das relações sociais – incluindo as que se dão no cotidiano escolar –, seja para o entendimento das ações de um dos principais agentes das mudanças socioculturais e políticas nos contextos contemporâneos: os movimentos sociais, em particular os envolvidos nas lutas contra as desigualdades de gênero em suas interseções com as

---

<sup>5</sup> O projeto envolveu uma grande equipe de pessoas para que pudesse ser realizado. Tivemos seis professoras-pesquisadoras do Campus Catalão/UFG atuando em diferentes funções (na coordenação, na coordenação de tutoria e no acompanhamento dos cinco módulos do curso), uma funcionária na secretaria, um técnico em informática, sete tutor@s atuando nos pólos, sete orientador@s acadêmicos, e um número inicial de 210 cursistas. O GDE se desenvolveu com o apoio de um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AveA), plataforma moodle, desenvolvido pelo CIAR – Centro de Aprendizagem em Rede/UFG, por meio do qual cursistas, tutor@s e professor@s interagiram em fóruns, chats e também por e-mail. Material impresso, Cd-ROM e os encontros presenciais complementaram o desenho pedagógico.

<sup>6</sup> TAMANINI, M.; SANTOS, S. F., SARTOR, G. E. B.. Gênero, sexualidade e relações étnico-raciais: limites e desafios de um curso a distância. In: CABRAL, C. G. e MINELLA, L. S. (orgs). *Práticas pedagógicas e emancipação: Gênero e diversidade na escola*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 08.



lutas contra as desigualdades raciais e étnicas.

O terceiro módulo articulou a dimensão conceitual sobre orientação sexual e sexualidade com os conceitos de diversidade, discriminação, saúde e reprodução. Assim, como os demais, este módulo se remeteu ao cotidiano escolar.

O módulo quatro focalizou as noções de raça, racismo e etnia, problematizando a existência da desigualdade racial, mostrando suas interseções com os demais eixos de subordinação e defendendo que “a igualdade étnico-racial também se aprende na escola”.

Por fim, o último módulo, buscou articular essas reflexões por meio da elaboração de um memorial e de um projeto de intervenção no ambiente escolar.

Uma breve análise dos memoriais nos permite uma primeira avaliação dos motivos que levaram @s cursistas a se inscreverem no GDE, bem como, da percepção que @s mesm@s tiveram dos conteúdos e do curso como possibilidade de abertura para uma transformação na sua prática educativa.

Quanto aos motivos que @s levaram a se inscrever no GDE encontramos dois grupos de respostas. A primeira diz respeito a uma certa confusão, que levou a muit@s cursistas a relacionar diversidade com inclusão de pessoas com necessidades especiais. Conforme relato de uma cursista, seu contanto se deu por meio de um colega de trabalho:

Estão oferecendo um curso de graça à distância aqui no pólo de Alexânia, sobre Diversidade e Gênero na Escola. Tem tudo a ver com nos professores, uma vez que inclusão e diversidade escolar tornaram-se modismo, é o assunto central em todas as reuniões, debates, mídia, políticas educacionais, vai nos ajudar muito em sala de aula. Respondi na hora: Vamos fazer sim ,ainda mais a distância e de graça, não vamos ter compromisso todos os dias, e nem vamos precisar de muito tempo vai ser fácil e ainda vai valorizar nosso currículo.<sup>7</sup>

Dois elementos merecem destaque nesse relato, o primeiro diz respeito à gratuidade do GDE e o segundo àquilo que a cursista chamou de “modismo”. Quanto à gratuidade do curso, em Goiás como na maioria dos estados brasileiros, infelizmente a expansão do ensino à distancia tem se dado por iniciativa de instituições privadas. Os cursos oferecidos por essas têm mensalidades muito altas, incompatíveis com os salários recebidos pel@s professor@s. Aliado a isso, tem o fato de que muit@s profissionais da educação que buscam essa modalidade de ensino o fazem pela dificuldade de conciliar o trabalho com a formação acadêmica. Conforme relato de um cursista: “Na verdade, o fato do curso ser à distância, foi um fator motivador, pois, acredito que para mim, seria quase impossível realizar qualquer curso nos moldes convencionais; com aulas diárias, enfrentando estradas mal conservadas e com imensas dificuldades de conciliar trabalho e frequência às aulas”.

---

<sup>7</sup> Esta fala, como algumas outras, na seqüência, foram retiradas do memorial produzido pel@s cursistas como material ilustrativo e anônimo.



No que tange à questão do “modismo”, foi possível verificar nos relatos de vári@as cursistas certa confusão entre os termos “diversidade” e “inclusão”. Há que se considerar que nos últimos anos o debate e as experiências práticas com a inclusão de pessoas com necessidades especiais, trouxeram para o âmbito escolar uma série de questões tanto de ordem teórica quanto prática ainda não resolvidas e que obrigaram @s professor@s a buscar uma formação específica na área.

Uma última questão que chama a atenção e que contraditoriamente, parece estar ligada à confusão acima, diz respeito às expectativas que @s cursistas tinham ao se inscreverem no GDE. Segundo @s cursistas: “Apesar de ser um curso da UFG, minhas expectativas no início eram poucas com relação a este curso, mas depois percebi que o mesmo, superou as minhas expectativas e com certeza a expectativa de todos”. Ou ainda: “Quando me informaram a respeito do Curso GDE, confesso que não esperava que o mesmo fosse agregar muito na minha carreira, assim como, na minha vida”.

Mesmo a maioria d@s cursistas relatando em no memorial que vieram para o GDE sem saber bem do que se tratava, podemos perceber que as visões e expectativas iniciais foram se alterando ao longo do mesmo. Os primeiros contatos com o conteúdo foram descritos da seguinte maneira:

No início eu tinha uma visão totalmente equivocada do curso, pensei que o mesmo fosse mencionar mais a respeito da diversidade enfocando gênero. Mas, não foi isso que ocorreu. O curso retratou sobre a diversidade em geral; a questão do gênero; sexualidade e orientação sexual; raça e etnia. Percebi então que, o Curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE) deveria ser oferecido primeiramente para todos os profissionais ligados a área da educação e para todas as pessoas que lidam diretamente com o público. Exemplo: vendedores em gerais, apresentadores de programas televisivos entre outros, principalmente o apresentador da rede Globo de televisão Fausto Silva, ele é muito preconceituoso.

Outro cursista afirma que:

A princípio, porém, fiquei um pouco apreensivo, pois as discussões e as atividades propostas no curso abordavam, de forma muito profunda, questões que, de certo modo, sempre procurei me distanciar. A velha concepção de que assuntos polêmicos devem ser sempre evitados. Porém, pouco a pouco, fui percebendo que os temas relacionados ao preconceito e discriminação em relação ao gênero, etnia, além das atitudes homofóbicas precisam ser desmistificados, e que, enquanto educadores, precisamos despertar nosso senso crítico quanto a essas questões, problematizá-las, e transformar tudo isso em atitudes proativas, seja dentro da sala de aula, seja em nosso cotidiano.

O que nos chamou atenção nesses relatos foi o alcance das discussões, pois conforme dissemos antes a proposta do curso não era apenas agregar novos conhecimentos e informações, mas possibilitar uma postura crítica e transformadora diante das temáticas tratadas. No que tange ao cotidiano escolar isso apareceu em vários relatos: “Historicamente falando, a escola tem dificuldades para lidar com a diversidade. As diferenças tornam-se problemas ao invés de



oportunidades para produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens. A escola é o lugar em que todos os alunos devem ter as mesmas oportunidades, mas com estratégias de aprendizagens”.

Ou ainda: “Na escola temas que envolva: sexualidade, diferença cultural, raça, sempre gera conflitos, somos orientados a trabalhar com cautela, sempre surgem muitas restrições, onde acabamos na realidade camuflando a discriminação”.

Mesmo com a constatação das dificuldades de se lidar com as temáticas, muit@s cursistas relataram as tentativas de enfrentar tais questões no cotidiano escolar:

Teve um fato muito interessante no final do ano letivo, ao entregar meu plano de aula no qual havia meu pedido de trabalho, onde os alunos deveriam pesquisar sobre opções sexuais, estilo Emo. Pois, já haviam acontecido vários conflitos na sala entre alunos, por discriminação, preconceitos, ofensas e até mesmo agressão, queria resolver aquela situação que já vinha desde o começo do ano.

A direção ficou surpresa e preocupada com esse debate e com a reação dos alunos e principalmente dos pais, porque na sala tinha um emo, e alguns garotos titulados como gays, os quais as famílias já tinham comparecido na escola por causa desse assunto, exigindo da direção que seus filhos fossem respeitados, como se isso dependesse somente da direção. Tive que convencer a direção que ficar calada diante desses fatos, estaria na realidade camuflando a discriminação e não resolveria a situação daquela sala e muito menos com os pais desses alunos. E que eu estava disposta a assumir a responsabilidade perante aos pais, caso não conseguisse atingir meus objetivos.

Esse e outros relatos de professor@s/cursistas mostraram o esforço d@s cursistas em levar para o seu cotidiano de trabalho as discussões realizadas no ambiente virtual. Estendendo-se inclusive para a análise do material didático utilizado:

Num primeiro momento nossos estudos foram direcionados para a questão de Gênero. Na prática, em uma turma de berçário, de maneira sutil, constatei que apenas reproduzia a discriminação de gênero quando rotulava cor rosa para meninas e cor azul para meninos e até mesmo quando distribuía carrinhos para meninos e bonecas para meninas nas brincadeiras livres realizadas.

Já, em Ensino Médio, os textos estavam impregnados de discriminação, demonstrando a superioridade masculina que, por se considerar óbvia, não é questionada. Os livros didáticos mostram os meninos e os homens em um status social superior ao das mulheres e das meninas; faz com que os meninos sejam representados realizando atividades socialmente valorizadas enquanto se relegam às meninas atividades consideradas de segunda ordem. Essa força do costume fez com que os rapazes fossem estimulados a se identificar com modelos de comportamento agressivo que dificultam sua entrada no mundo das relações interpessoais e dos vínculos afetivos; isso acabou condenando-os a resolver os problemas por caminhos violentos.

Por fim, cabe ressaltar que as ponderações finais d@s cursistas sobre o GDE foram bastante positivas:

As trocas de experiências, os fóruns e as reflexões envolvendo a violência, ora contra a mulher, ora contra gays, negros, nordestinos, enfim, contra toda e qualquer categoria, que, de um modo ou de outro, acaba sendo estigmatizada; foram muito produtivas, especialmente, quando, começamos a entender que as expressões de poder se materializam em todas as atitudes de preconceito e discriminação, por mais sutis que possam ser, e que, em geral, tais posturas ganham nova dimensão na proporção em que as diferenças sociais se apresentam e se acentuam. O entendimento de muitos problemas que eu sequer percebia, tem dado uma contribuição muito positiva para o desempenho do meu ofício de educador, já que, tenho a absoluta certeza de que para tentar despertar a consciência e mudar a postura de alguém, antes de qualquer coisa, é necessário transformar nossa visão de mundo, e nos despir das velhas e enraizadas idéias, que nada contribuem para minimizar os efeitos das diferenças sociais, e, ao mesmo tempo, enxergar as coisas de outro modo.

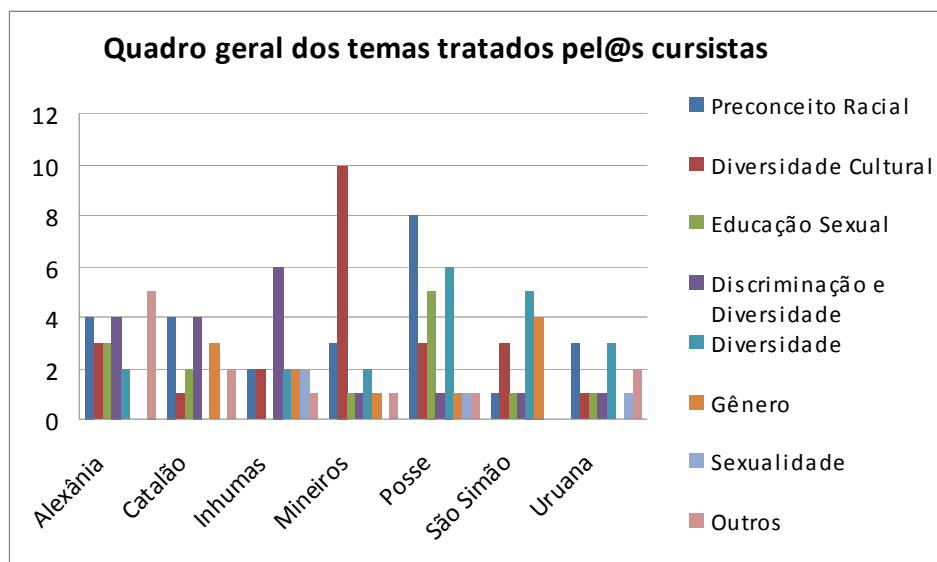


Ou ainda:

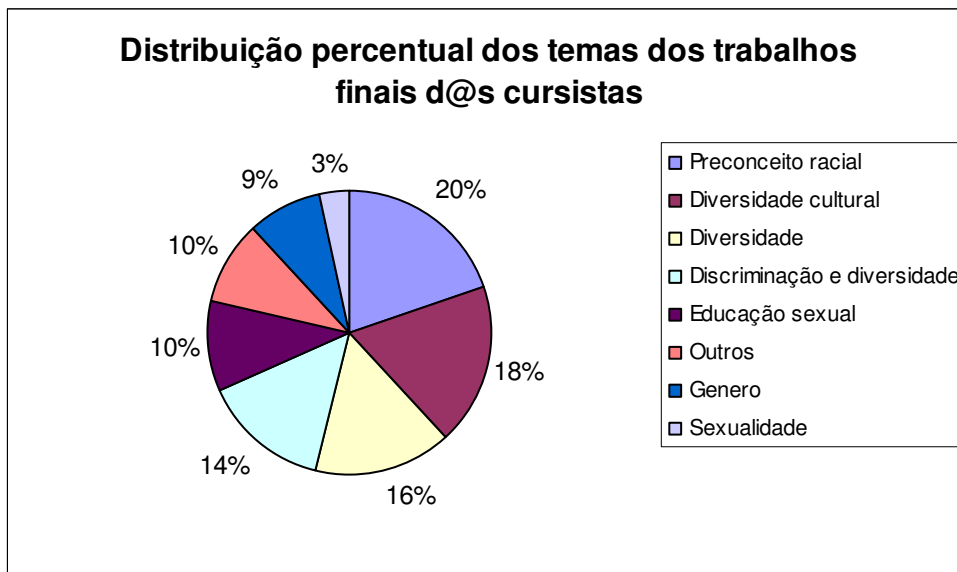
Antes, quando surgiam discussões sobre alguns assuntos que foram abordados no curso eu pedia os alunos para encerrar o assunto e continuava com a aula. Depois que comecei a fazer este curso, isso começou a mudar. Quando um aluno tinha atitude preconceituosa eu parava a minha aula e conversava com ele. Um exemplo disso ocorreu quando eu estava passando um texto no quadro e ouvir uma colega dizendo que tinha nojo de “sapatão” (fala do aluno). Parei com o texto e, entrei na conversa. Perguntei se eu poderia falar alguns minutos, os alunos disseram que sim. Então, usei todos os conhecimentos adquiridos no curso e fui conversando com eles, eles gostaram tanto da aula que no outro dia, pediram para eu continuar com o assunto. E, o mais incrível que uma aluna ao final da aula me procurou com os olhos cheios de lágrima e disse: Então, professora! Fico muito sentida quando escuto minha colega e amiga de sala falar que tem nojo de sapatão, pois a minha mãe é lésbica (...) Depois desse dia, percebi que as gozações sobre esse assunto tinham parado. Além dessa, conversa tive várias outras, mas no posso compartilhar todas se não ultrapassa o limite de páginas permitas para este memorial.

Se o memorial nos possibilitou perceber alguns aspectos da trajetória d@s cursista do GDE ao longo do processo, sentimos necessidade de verificar a materialização de alguns elementos presentes nas intervenções nos fóruns e chats. Neste sentido, buscamos analisar as propostas de intervenção no ambiente escolar elaboradas pel@s cursistas.

A análise dos 126 trabalhos entregues pel@s cursistas nos sete pólos, permitiu-nos agrupá-los em oito grupos temáticos, sendo sete deles relacionadas às temáticas trabalhadas no GDE, e um, que denominamos de “outros”, relacionado a temáticas variadas. No grupo outros, verificamos a predominância de propostas relacionadas a “ética e moral”.



A análise do quadro nos possibilita perceber que, excetuando-se os pólos de Mineiros e Posse, houve na maioria dos pólos um equilíbrio na escolha das temáticas. Numa perspectiva de conjunto, podemos verificar a predominância de algumas temáticas, conforme gráfico abaixo:



O gráfico acima apresenta do ponto de vista das temáticas um desequilíbrio entre as temáticas abordadas pelo GDE, pois podemos verificar uma predominância de trabalhos relacionados às temáticas da diversidade e do preconceito racial, em detrimento das temáticas gênero e sexualidade. Se agruparmos as temáticas “diversidade” e “diversidade cultural” teremos 34% dos trabalhos, bem como se agruparmos as temáticas “preconceito racial” e “discriminação e diversidade” teremos também 34%. O que indica que 68% dos trabalhos concentram-se nas questões da diversidade (cultural ou não), e na questão do preconceito racial e discriminação (racial ou não). As demais temáticas ficam assim distribuídas: “gênero” 9%, “educação sexual e sexualidade” 13% e “outros” 10%.

Ou seja, as temáticas “gênero” e “sexualidade” provocaram discussões, reflexões e posicionamentos em situação on-line e presencial, mas aparentemente apresentaram maior dificuldade de materialização<sup>8</sup>. Cabe ressaltar, entretanto, que a sexualidade foi o assunto que @s cursistas tiveram mais dificuldade de discutir, e quando o fizeram, na maioria dos casos, esteve presente de forma mais clara como “educação sexual”. Por outro lado as questões raciais pareceram de mais fácil discussão, embora isso não signifique que estiveram sempre dentro de um olhar desestigmatizante.

Uma hipótese que nos parece viável para explicar essa situação, seria pensar que as questões raciais pareceram mais fáceis @s cursistas porque, quando falavam delas, fazia-se referência a

<sup>8</sup> Está também foi uma situação presente na experiência de Santa Catarina, conforme CABRAL, Carla G. e MINELLA, Luzinete S. (orgs). *Práticas pedagógicas e emancipação: Gênero e diversidade na escola*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.





relatos históricos sobre escravidão. Tanto que dos 25 trabalhos voltados para o assunto, quase 50% propunham atividades ligadas ao estudo da escravidão africana no Brasil.

No que tange à resistência em se falar de sexualidade talvez se deva à dificuldade de enfrentar concepções enraizadas no biológico:

como marca de matrizes de sociabilidades, identidades e representações que definem as possibilidades de leitura sobre gênero ou sexo social, como fixadas no sistema binário masculino/ feminino, restritas à sua binária dimensão, o que se subentende em uma interdependência correspondente de modo homogêneo entre sexo, gênero e desejo, fixadas na matriz heteronormativa, mas que se ressentem sobretudo ao tratar da desigualdade entre homens e mulheres como prática necessária à mudança.

Muit@s cursistas inicialmente se negaram a participar das discussões alegando questões religiosas, este foi o módulo que apresentou maior número de desistências ao longo do curso. É interessante notar que no módulo sobre gênero, não foram poucas as reações, rechaços, ou posições indignadas frente à violência contra as mulheres, por exemplo, ou frente à desigualdade de participação nas atividades domésticas e nas profissões.

Para finalizar, observamos que, em geral, da parte d@s cursistas, as dificuldades com os temas e sobre como abordá-los foram também remetidas ao campo pessoal<sup>9</sup>. Muit@s cursistas colocaram em pauta a necessidade de autoconhecimento e de desenvolver estratégias amplas e em diferentes níveis para perceber os preconceitos que à primeira vista não eram olhados. Principalmente, as professoras que se perceberam “exploradas” dentro de casa pela “outra jornada de trabalho”, o doméstico.

### *Bibliografia*

CABRAL, C. G. e MINELLA, L. S. (orgs). *Práticas pedagógicas e emancipação: Gênero e diversidade na escola*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

---

<sup>9</sup> Durante o curso numa tentativa de valorizar as experiências pessoais sem deixar de lado as reflexões teóricas criamos um fórum de discussão especificamente destinado aos relatos de experiências.